



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

PROCESSO N.º: 00600-00000696/2023-09e
JURISDICIONADA: Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF
ASSUNTO: Representação
EMENTA: Representação, com pedido cautelar, oferecida por deputada distrital apontando possível irregularidade no concurso público para provimento de cargos de Escrivão da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, consistente na subestimativa de cadastro reserva ante a cláusula de barreira estabelecida no Edital n.º 1/2019 – PCDF.
Nesta fase: exame de admissibilidade de representação. Unidade técnica sugere o conhecimento, esclarecimentos à representante e arquivamento dos autos. **Voto convergente, com acréscimo de juntada da exordial e da análise instrutiva aos autos do Processo n.º 223877/2019e.**

Cuidam os autos de representação formulada pela Deputada Distrital Jane Klebia do Nascimento Silva, pela qual aponta indícios de irregularidades concernentes à condução do concurso público para provimento de cargos de Escrivão da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, consistente na subestimativa de cadastro reserva ante a cláusula de barreira estabelecida no Edital n.º 1/2019 – PCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Em sede de medida cautelar, a representante requer a “*ratificação de suspensão da eficácia da cláusula restritiva 19.1.5, de modo que os candidatos aprovados nas fases da primeira etapa do concurso de Escrivão de Polícia do Distrito Federal, não sejam sumariamente eliminados do certame na convocação para o Curso de Formação Profissional, sendo possível, consequentemente, a convocação – oportune tempore – para que participem do curso de formação profissional por se tratar da segunda etapa do concurso público, ficando considerados como de cadastro de reserva para o preenchimento das vagas previamente determinadas no Edital ou conforme a conveniência e necessidade da Administração e do Órgão*”.

Eis a síntese elaborada pela unidade instrutiva acerca do teor da exordial:

Preliminarmente, a ilustre representante da CLDF se mostra contrária ao caráter restritivo, prima face, do item 19.1.5 do edital nº 1/2019 para formação de cadastro reserva para o cargo de Escrivão da Polícia Civil do Distrito Federal, pelas razões de fato e de direito delineadas na exordial.

Sucintamente, a irrisignação apresentada busca impugnar a cláusula de barreira estabelecida no instrumento convocatório indicado.

A Deputada Distrital ressalta que cuidariam os autos, na origem, do exame do Edital nº 1/2019, publicado no DODF de 05.12.2019, lançado pela PCDF, visando à abertura de concurso público para o provimento de vagas no cargo de Escrivão de Polícia da Carreira de PCDF.

Nesse cenário, rememora que, na última assentada, a Corte de Contas, mediante a Decisão nº 255/2020, dentre outras medidas, deliberou por: “III - determinar à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF que, no prazo de 10 (dez) dias, relativamente ao Edital nº 1-PCDF, publicado no DODF de 05.12.2019: a) inclua o cronograma de nomeações (número de provimentos por determinado lapso temporal, por exemplo), conforme exige o art. 10, inciso II, “in fine”, da Lei nº 4949/12, esclarecendo à jurisdicionada que o cronograma a ser divulgado é passível de modificação a qualquer tempo, podendo adaptar-se às condições econômicas, financeiras e orçamentárias da Administração, se assim for necessário, tendo em vista que o disposto no subitem 20.6, incluído no edital normativo pelo Edital 2- PCDF (DODF de 24.12.2019), não atende ao referido dispositivo legal; b) exclua do edital o subitem 19.1.5, que considera eliminados do concurso os candidatos não convocados para a matrícula no Curso de Formação Profissional - CFP nas classificações que especifica, em obediência ao art. 16-A da Lei nº 4949/2012, acrescido pela Lei nº 6488/2020, publicada no DODF de 17.01.2020;”.

Ressalta que a PCDF encaminhou expediente ao Tribunal noticiando que a decisão em apreço foi devidamente cumprida pelo Edital nº 5 - PCDF,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

publicado no DODF de 19/02/2020.

Todavia, ao analisar o cumprimento da diligência, a unidade técnica aponta que, em consulta ao endereço eletrônico do TJDFT, constatou-se que foi deferida medida liminar que em sede de Ação Civil Pública - ACP suspendendo os efeitos do disposto no retromencionado item III, "b", da Decisão nº 255/2020, o que restou consignado no Edital nº 8-PCDF.

Na oportunidade, a representante do Legislativo distrital revela que, em consulta ao endereço eletrônico do TJDFT, constatou-se que a sobredita ACP obteve julgamento de mérito, com regular trânsito em julgado em 05.11.2021, de modo que fora mantida a sentença pela inconstitucionalidade incidental da Lei nº 6.488/2020, em sede de Apelação e Reexame Necessário.

Nesse contexto, em face de julgamento da citada ACP, agregada ao posterior entendimento do STF em sede de Recurso Extraordinário nº 1.330.817/DF, entende a ora representante que, s.m.j, poderia haver o levantamento do sobrestamento dos autos com novas deliberações desta Corte quanto ao prosseguimento do feito.

Destarte, assevera que a competência final para deliberar sobre concurso público no âmbito administrativo pertence a Corte de Contas, haja vista ser esta Casa a detentora do controle externo da atividade governamental do Distrito Federal, cuja atribuição detém envergadura constitucional e, por paralelismo, insere na LODF, momento em que menciona discussão ocorrida no bojo do Processo nº 00600- 00007420/2022-62-e, resultando na prolação da Decisão nº 4.903/2022, que reforça tal competência.

Ressalta entendimento deste c. TCDF de que, em um panorama ideal, concursos públicos programados em linha temporal são desejáveis, sendo essa a situação a ser perseguida pela Administração Pública. Contudo, a realidade, algumas vezes, se distancia da normalidade. Nessas situações, a ação do gestor público deve ser pautada no sentido de minimizar os danos à sociedade, com o apoio dos órgãos de controle.

A fim de contextualizar a demanda, destaca que o edital disponibilizou 300 vagas para o cargo de Escrivão da PCDF, sem previsão de cadastro reserva, dando ênfase às fases e etapas do certame.

Quanto à 2ª etapa - Curso de Formação Profissional - CFP - rememora dispositivo do edital que destacava o caráter eliminatório e classificatório do curso, bem como trazia no item 19.1.5 a vergastada regra restritiva objeto da presente irresignação.

Desta feita, da leitura do dispositivo sub examine, ressalta que, mesmo que o candidato esteja aprovado em todas as fases da primeira etapa, se não estiver classificado dentro das 300 (trezentas) vagas previstas no edital, este não será convocado para matrícula no CFP e seria automaticamente eliminado do concurso.

Com efeito, entende a representante que a referida cláusula 19.1.5 desconsiderou o fato de o CFP ser uma das fases do concurso, de caráter classificatório e eliminatório, e ao prever a convocação exata do número de vagas, desconsiderou a possibilidade de haver desistências reprovações no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

mesmo.

Isso, porque ao limitar a convocação para a "segunda etapa" ao número exato de vagas oferecidas no edital e eliminar todos os demais candidatos remanescentes, caso eventualmente algum candidato não logre êxito na aprovação do curso de formação, ou até mesmo desista do concurso, sobriam vagas no certame e, por não haver cadastro de reserva, não mais haveria candidatos aptos a ocupá-las.

Conclui que tal impropriedade ocasionaria na frustração do próprio objetivo do concurso público, que é o preenchimento de todas as vagas ofertadas no certame, de modo que a eliminação dos candidatos que se encontrem além das trezentas vagas ocorrerá antes mesmo da homologação do concurso, sendo que esta ocorrerá após a divulgação do resultado final, cuja nota do concurso consistiu no somatório da nota obtida na primeira etapa com a pontuação da segunda etapa, ex vi subitem 20.1 do Edital n° 1/2019.

Ressalta a nobre Deputada que, se a nota final do concurso público só será conhecida após a conclusão do Curso de Formação, ocorreria uma antinomia com a vedação de um candidato não eliminado nas fases anteriores não poder fazer o Curso de Formação.

Ademais, reforça, em uma análise abstrata, a possibilidade de que nem todos os candidatos que realizarem o curso de formação iriam tomar posse no cargo, haja vista que muitos também foram aprovados concomitantemente no cargo de Agente (115 dentre os 300 primeiros), o que reforça a possibilidade de frustração no preenchimento das vagas de Escrivão e a previsão orçamentária já consignada em LDO. Tal linha de intelecção lança dúvidas sobre qual o fundamento teleológico de eliminar sumariamente (por não atendimento de cláusula de barreira) eventuais candidatos, se o curso de formação é uma fase do certame, podendo, inclusive, haver desistências e inabilitações dos convocados para matrícula no curso, o que não seria, numa primeira leitura, razoável e destoante do interesse público.

Ademais, ressalta que configura ofensa aos princípios eficiência, razoabilidade e economicidade expressos na CF/88 diante da atual conjuntura, vez que a Corporação conta com déficit de cerca de 70% para o cargo de Escrivão, o que se evidencia no pleito de recontração de policiais já aposentados pela Administração da PCDF.

Conclui a nobre integrante do Legislativo que tamanha necessidade de pessoal só tende a piorar até a homologação do concurso, "seria imprescindível o aproveitamento de todos os candidatos para que seja possível o preenchimento das 300 vagas previstas no edital", o que, inclusive, se traduz em economia para os cofres públicos em face do montante dos gastos para a realização de novo certame.

Diante dos regramentos que cita acerca de tal possibilidade, conclui que a presente irresignação apresentada buscaria retificar/afastar a cláusula de barreira estabelecida no item 19.1.5 do Edital regulador do cargo de Escrivão, uma vez que o quantitativo de candidatos que serão nomeados ao final dos concursos é EVIDENTEMENTE INSUFICIENTE PARA A RECOMPOSIÇÃO DAS VAGAS, mesmo que todos os aprovados fossem convocados.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Destaca ainda que o próprio TCDF já teria decidido a favor da flexibilização de cláusula semelhante que eliminava os excedentes em outros concursos, como nos casos de Oficial e Praças da PMDF e Peritos da PCDF, criando, assim, precedentes para que ocorra o mesmo no concurso de Escrivão da PCDF. Foi entendimento do Tribunal que a cláusula de barreira é contra o princípio da economia e que o aproveitamento dos excedentes evita gastos futuros com a realização de um novo concurso, podendo estes candidatos serem considerados cadastro de reserva e convocados conforme conveniência e oportunidade da Administração Pública (Processo nº 223.877/2019).

Quanto aos fundamentos do pleito, assevera que o aproveitamento dos candidatos que se encontram além do quantitativo de vagas ofertadas nos editais, além de atender aos princípios administrativos da razoabilidade, economicidade e eficiência, encontra respaldo na Lei nº 4.949/2012 e no Decreto Federal nº 9.739/2019.

Por fim, sobre os custos, estima que o quantitativo final a ser nomeado não excederá absurdamente o quantitativo inicialmente previsto no Edital, pois dos 300 mais bem classificados, se avalia que apenas 200 tomariam posse, restando praticamente 100 vagas ociosas, a observar que atualmente há 93 candidatos no grupo de excedentes com previsão de serem eliminados (caso a cláusula não seja revista).

Ademais, ressalta que, em sendo os dois concursos realizados pela mesma banca (CEBRASPE) e pela mesma instituição (PCDF), seria possível uma compensação dos custos sobre os cursos de formação, já que a Cebbraspe deveria realizar curso para 300 escrivães e 1800 agentes, podendo assim remanejar os recursos para formar 400 escrivães e 1700 agentes.

Frisa ainda que o afastamento da cláusula restritiva não significa, obrigatoriamente, um acréscimo imediato no número de candidatos no curso de formação, nem causaria aumento de despesa e insegurança jurídica em relação ao contrato já firmado com a CEBRASPE, pois busca tão somente assegurar a possibilidade de convocação dos candidatos que foram aprovados em todas as etapas, mas encontram-se além do limite de vagas previsto, o que prima pela racionalização dos gastos, da razoabilidade e do atendimento ao interesse público.

Por fim, após discorrer sobre os requisitos autorizadores de medida cautelar, a saber, a probabilidade do direito (fumus boni iuris), de um lado, e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora), de outro, requer ao Tribunal que:

- conheça a presente Representação (com levantamento do sobrestamento do feito) e determinação do seu processamento, uma vez que estão presentes os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 230, §2º, do RITCDF e em URGÊNCIA haja vista o curto prazo para a aplicação da cláusula restritiva 19.1.5 que ocasionará a eliminação dos candidatos além das vagas;*
- conceda medida cautelar de ratificação de suspensão da eficácia da cláusula restritiva 19.1.5, de modo que os candidatos aprovados nas fases da primeira etapa do concurso de Escrivão de Polícia do Distrito Federal*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

não sejam sumariamente eliminados do certame na convocação para o Curso de Formação Profissional, sendo possível, consequentemente, a convocação - oportune tempore - para que participem do curso de formação profissional por se tratar da segunda etapa do concurso público, ficando considerados como de cadastro de reserva para o preenchimento das vagas previamente determinadas no Edital ou conforme a conveniência e necessidade da Administração e do Órgão;

- Ainda, em caráter cautelar, seja oficiada a PCDF para que apresente informações referentes a dotação orçamentária a fim de custear as despesas relativas ao pagamento de bolsa auxílio, bem como aquisição de material de consumo para realização do curso de formação dos referidos candidatos, considerando o orçamento para exercício financeiro de 2023;*
- Conceda efeito extensivo nas decisões do TRIBUNAL conforme DECISÕES proferidas no caso dos concursos públicos da PMDF e Peritos da PCDF (Decisões nº 2273/2021, nº 3758/2021 e nº 4792/2021) que tratam do MESMO PEDIDO E CAUSA DE PEDIR, determinando, assim, o afastamento/retificação da aplicação da regra do item 19.1.5 do Edital nº 1/2019 do cargo de Escrivão, para que os candidatos além das vagas aprovados em todas as fases da primeira etapa fiquem como cadastro de reserva e possam ser convocados para o Curso de Formação Profissional (CFP), com determinação para que a PCDF, caso necessário, proceda aos ajustes orçamentários necessários para viabilizar o curso de formação nos termos em que pretendidos;*
- Informe que, havendo vagas e interesse público de convocar novos candidatos para atender à necessidade de pessoal da Instituição PCDF, nos termos da Lei nº 4.949/2012 e da Lei nº 6.166/2018, pode-se afastar a aplicação da regra constante do item 19.1.5 do Edital nº 1/2019 do cargo de Escrivão, ou, subsidiariamente, a possibilidade de convocação de 25% a mais aprovados além do número de vagas ofertadas inicialmente e formação de cadastro reserva até o dobro das vagas previstas, nos termos do art. 28, art. 39, §1º e anexo II do Decreto nº 9.739/2019.*

Na análise que lhe compete, o corpo técnico, por meio da Informação n.º 7/2023-GAB/SEFIPE, sugere o conhecimento da representação com esclarecimentos à Representante no sentido de que *a análise quanto aos efeitos do RE 1.330.817/DF sobre a declaração incidental da inconstitucionalidade da Lei nº 6488/2020 na Ação Civil Pública nº 0702896-51.2020.8.07.0018, proposta pelo MPDFT, que suspendeu os efeitos do disposto no item III, “b”, da Decisão nº 255/2020 será levada a efeito nos autos do Processo nº 223.877/2019, que trata do Edital nº 1/2019, acerca do concurso público para o provimento de vagas no cargo de Escrivão de Polícia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, nos termos a seguir transcritos:*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Preliminarmente, convém ressaltar que a pretensão da ilustre representante da Câmara Legislativa do Distrito Federal envolve a discussão acerca dos efeitos da declaração incidental de inconstitucionalidade da Lei distrital nº 6488/2020 no bojo da Ação Civil Pública nº 0702896- 51.2020.8.07.0018 e seus reflexos no concurso para o cargo de Escrivão da PCDF, dada a prolação da Decisão nº 255/2020, que excluía do edital a cláusula de barreira constante do subitem 19.1.5 (Processo nº 223.877/2019).

Acontece que a ADI nº. 0711311-77.2020.8.07.0000 contra a referida Lei nº 6488/2020, ajuizada pela Procuradoria Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, julgada procedente no âmbito do TJDF, foi reformada em sede do RE 1.330.817/DF, sob relatoria do Exmo. Ministro Edson Fachin.

Nesse cenário, restou mantida a constitucionalidade da lei, com ressalvas, vez que se teve por inconstitucional a aplicação em concursos em andamento e àqueles que se encontrariam dentro do prazo de validade, nos seguintes termos:

“Concluo, assim, que o art. 2º da Lei Distrital nº 6.488/20 somente pode incidir sobre os certames cujo edital não disponha de forma diversa, tendo as regras editalícias prevalência sobre posterior alteração legislativa.

Ante o exposto, dou parcial provimento aos recursos extraordinários, nos termos do art. 932, V, “b”, do CPC, para reformar o acórdão recorrido.” (RE 1330817/DF, Ministro Edson Fachin, 15/02/2022)

Desta feita, em que pese seja louvável a preocupação dispensada pela nobre Deputada Distrital aos candidatos atingidos pelo vergastado dispositivo editalício em questão, temos que, a princípio, deveriam ser mantidas as regras editalícias prevista no Edital nº 1 – PCDF, de 3 de dezembro de 2019, na medida em que foi publicado no DODF de 5/12/2019, o que faz incidir a sua prevalência sob a alteração legislativa posterior - publicada em 17/01/2020 (Lei 6488/2020) - a teor do que consta no RE 1.330.817/DF.

De qualquer sorte, a exordial contempla discussões que ultrapassam a presente fase de admissibilidade.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

V O T O

Conforme relatado, cuida a presente fase de exame de admissibilidade de representação formulada pela Deputada Distrital Jane Klebia do Nascimento Silva, contra possível irregularidade condução do concurso público para provimento de cargos de Escrivão da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, especificamente quanto ao item 19.1.5 do Edital nº 1/2019 – PCDF.

Em síntese, a representante busca a impugnação da cláusula de barreira estabelecida no instrumento convocatório do aludido concurso, que prevê que *os candidatos que não forem convocados para a matrícula no Curso de Formação Profissional, estarão automaticamente eliminados e não terão classificação alguma no concurso.*

Ainda, requer, cautelarmente, a ratificação de suspensão da eficácia da cláusula restritiva 19.1.5, de modo que os candidatos aprovados nas fases da primeira etapa do concurso de Escrivão de Polícia do Distrito Federal, não sejam sumariamente eliminados do certame na convocação para o Curso de Formação Profissional.

Preliminarmente, esclareço que o edital em voga é objeto de exame por esta Corte de Contas nos autos do Processo n.º 223.877/2019 e, por oportuno, destaco as decisões e andamento da análise empreendida nos indigitados autos especificamente no que pertine à matéria ora suscitada.

Após regularmente conhecido o instrumento convocatório por meio da Decisão Liminar n.º 012/2019-P/AT, e considerando a aprovação e publicação da Lei n.º 6488/20, que acrescentou o art. 16-A à Lei n.º 4949/12¹, o Tribunal determinou a exclusão do subitem 19.1.5 do edital, nos termos do item III-b da Decisão n.º 255/2020.

¹ Lei nº 4.949/12, Art. 16-A. Os candidatos que não tenham sido classificados entre o quantitativo de vagas disponibilizadas no certame não podem ser considerados eliminados



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Ato contínuo, a Corte, mediante a Decisão n.º 2324/2020, em última deliberação naqueles autos até o presente momento, tomou conhecimento de decisão liminar proferida em sede da Ação Civil Pública n.º 0702896-51.2020.8.07.0018, proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade da Lei n.º 6488/20 e suspendeu os efeitos do disposto no item III-b da Decisão n.º 255/2020.

Todavia, a constitucionalidade da mencionada legislação fora posteriormente confirmada (com ressalvas), em sede do RE 1.330.817/DF, pelo Supremo Tribunal Federal, que sob relatoria do Exmo. Ministro Edson Fachin, decidiu que a Lei Distrital n.º 6.488/20 somente pode incidir sobre os certames cujo edital não disponha de forma diversa, tendo as regras editalícias prevalência sobre posterior alteração legislativa.

Nesse sentir, trazendo a aplicação da deliberação da Suprema Corte para a matéria ora em exame, comungo, na análise perfunctória que a atual fase requer, do entendimento técnico no sentido de que *deveriam ser mantidas as regras editalícias prevista no Edital nº 1 – PCDF, de 3 de dezembro de 2019, na medida em que foi publicado no DODF de 5/12/2019, o que faz incidir a sua prevalência sob a alteração legislativa posterior - publicada em 17/01/2020 (Lei 6488/2020) - a teor do que consta no RE 1.330.817/DF.*

Assim, tendo por base a explanação *supra*, me parece clara a ausência da fumaça do bom direito exigida para a concessão da cautelar pleiteada.

Ante o exposto VOTO por que este egrégio Plenário:

- I. conheça da Representação, vez que presentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230 do RI/TCDF, sem a concessão da cautelar pleiteada;
- II. esclareça à Representante da CLDF, Deputada Distrital Jane Klebia do Nascimento Silva, signatária da exordial, que a análise quanto aos efeitos do RE 1.330.817/DF sobre a declaração



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

incidental da inconstitucionalidade da Lei nº 6488/2020 na Ação Civil Pública nº 0702896- 51.2020.8.07.0018, proposta pelo MPDFT, que suspendeu os efeitos do disposto no item III, “b”, da Decisão nº 255/2020 será levada a efeito nos autos do Processo nº 223.877/2019, que trata do Edital nº 1/2019, acerca do concurso público para o provimento de vagas no cargo de Escrivão de Polícia, da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF ;

- III. determine a juntada da representação, bem como da Informação n.º 7/2023 – GAB/SEFIPE, aos autos do Processo 223.877/2019, a fim de subsidiar o exame indicado no item anterior;
- IV. autorize o retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.

Brasília, em 15 de fevereiro de 2023.

MANOEL DE ANDRADE
Relator